

Revista de Comunicação Científica: RCC



ARTIGO

CONFLITOS TERRITORIAIS NA BACIA DO JURUENA E AS DISPUTAS DE NARRATIVAS

Territorial conflicts in the Juruena basin and
narrative disputes

Conflictos territoriales en la cuenca Juruena y
disputas narrativas

Jefferson do Nascimento
Graduando em Direito pela Universidade Federal
do Sul e Sudeste Paraense (UNIFESSPA)
E-mail: jeffersonacai@gmail.com

Silvio Roberto da Silva
Graduando em Geografia pela Universidade do
Estado de Mato Grosso (UNEMAT) campus de
Sinop
E-mail: silviorobertojuina@hotmail.com

Renato Vilela Trevisanutto
Licenciado em Educação do Campo – Ciências da
Natureza pela Universidade Federal do Paraná
(UFPR) Litoral.
E-mail: educampojuina@gmail.com

Michel de Andrade
Bacharel em Administração e Mestre em
Geografia pela UNEMAT.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8887-6362>
E-mail: andrade.michel@unemat.br

Como citar este artigo:

NASCIMENTO, Jefferson do; *et. al.*. Conflitos territoriais na bacia do Juruena e as disputas de narrativas In **Revista de Comunicação Científica** – RCC, Maio/Agosto, Vol. II, n. 9, pgs. 123-136, 2021. ISSN 2525-670X.

Disponível em:
<https://periodicos.unemat.br/index.php/RCC/index>

Volume I, número 9 (2021)
ISSN 2525-670X

CONFLITOS TERRITORIAIS NA BACIA DO JURUENA E AS DISPUTAS DE NARRATIVAS

Territorial conflicts in the Juruena basin and narrative disputes

Conflictos territoriales en la cuenca Juruena y disputas narrativas

Resumo

A construção de hidrelétricas na bacia amazônica é palco de imensos conflitos, a UHE Castanheira planejada para o rio Arinos, noroeste de Mato Grosso, impactará diretamente as comunidades pedreira e palmital. Como forma de resistência a comunidade realizou um levantamento socioprodutivo de seu território como forma de disputar a narrativa contrária a tal empreendimento. O processo de construção do levantamento socioeconômico, fortaleceu os laços comunitários e mostrou números surpreendentes da economia, social e ambiental da comunidade que fortalecem os argumentos da inviabilidade ambiental, social e econômica da Hidrelétrica Castanheira.

Palavras-chave: Hidrelétrica, Território, Economia, Direitos.

Abstract

The construction of hydroelectric plants in the Amazon basin is the scene of immense conflicts, the UHE Castanheira planned for the Arinos River, northwest of Mato Grosso, will directly impact the quarry and palm grove communities. As a form of resistance, the community carried out a socio-productive survey of its territory as a way to dispute the narrative contrary to such an undertaking. The process of constructing the socioeconomic survey strengthened community ties and showed surprising economic, social and environmental figures for the community, which strengthen the arguments for the environmental, social and economic infeasibility of the Castanheira Hydroelectric Power Plant.

Key words: Hydroelectric, Territory, Economy, Rights.

Resumen

La construcción de represas hidroeléctricas en la cuenca del Amazonas es escenario de inmensos conflictos, la UHE Castanheira proyectada para el río Arinos, al noroeste de Mato Grosso, impactará directamente en las comunidades de canteras y palmeras. Como forma de resistencia, la comunidad realizó un relevamiento socio-productivo de su territorio como forma de disputar la narrativa contraria a tal emprendimiento. El proceso de construcción de la encuesta socioeconómica, fortaleció los lazos comunitarios y mostró cifras sorprendentes de la economía, social y ambiental de la comunidad que fortalecen los argumentos de la inviabilidad ambiental, social y económica de la Central Hidroeléctrica Castanheira.

Palabras clave: Hidroeléctrica, Territorio, Economía, Derechos.

Introdução

No cenário pandêmico atual do cotidiano brasileiro, viver é um ato de resistência. Logo, viver atrelado à ameaça pungente de um projeto de construção de uma Usina Hidrelétrica (UHE) no quintal de sua casa é ainda mais desafiador. Neste trabalho fazemos um recorte sobre a resistência de agricultoras e agricultores familiares que lutam dia após dia com a ameaça de um projeto que, se concretizado afetará diretamente em seu modo de vida, sua estrutura social e econômica, bem como de outras famílias na cidade de Juara/MT e todo o Vale do Arinos.

É recorrente em toda construção de megaprojetos, como a de Usinas Hidrelétricas, nas quais as cifras monetárias passam a casa do bilhão, a não garantia dos direitos das famílias atingidas. Os estudos não contemplam a realidade, muitos impactos causados ficam de fora dos projetos de mitigação, compensação e indenização, há diversos crimes ambientais praticados pelas empresas e consórcios construtores, dentre outras ilegalidades. Com isso objetivamos com esse trabalho uma análise da produção da comunidade em comparativo com o que ficará aos cofres públicos municipais com a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos com a geração de eletricidade da UHE Castanheira.

A iniciativa de se fazer um levantamento socioeconômico das Comunidades Pedreira e Palmital, localizada no interior do município de Juara Mato Grosso, parte primeiramente devido ser a área mais impactada pela UHE Castanheira, empreendimento hidrelétrico planejado no rio Arinos, bacia do Rio Juruena, segundo motivo é a insuficiência dos estudos de impacto ambiental – EIA/RIMA - desse empreendimento que não levou em conta toda diversidade e complexidade dessas comunidades e terceiro são as experiências já conhecidas de outros empreendimentos na qual deixaram um rastro de violações de direitos e crimes ambientais.

Reconhecendo o notório saber das capacidades produtivas e econômicas da região de influência direta da UHE Castanheira, realizamos o estudo em conjunto com a comunidade Pedreira e Palmital. A principal metodologia adotada da parte do fazer ‘com’ a comunidade, e não fazer ‘para’ a comunidade, com isso faz-se com que os sujeitos sejam protagonistas de suas próprias histórias.

Compreendemos que o levantamento sócio econômico pode atuar como um instrumento de enfrentamento ou de desenho de direito e justiça das pessoas que habitam esses lugares. Tem também a finalidade de desconstruir a ideia criada pelos propositores do empreendimento de que, pela construção da usina os moradores e toda a comunidade juarense será beneficiada, com serviços, com “progresso”, com indenização “justa” às famílias atingidas e que o empreendimento irá gerar uma renda mensal para a prefeitura em forma de “Compensação Financeira” por Utilização dos Recursos Hídricos (CEFURH). Um discurso forte que não ocorre apenas em Juara, mas é discurso recorrente em todos os lugares onde já foram construídas Usinas Hidrelétricas. O levantamento é uma forma de dar visibilidade, o direito a voz e também a participação política desses moradores.

Como fizemos?

Os caminhos tomados como método se sustentam nos pressupostos do trabalho coletivo, da extensão em interface com pesquisa. Nestes termos, todo trabalho se pautou dentro dos fundamentos Freireanos (FREIRE, 2000), na dialogicidade e na construção de reflexões que partem da problemática real das comunidades, e feito mediante diálogo que é o mecanismo da manifestação da palavra, das vivências e das situações existenciais. Trabalhamos oficinas de equipe dos colaboradores que participaram da pesquisa, organização do MAB para elaborar junto à comunidade as questões do levantamento socioeconômico, uso e ocupação do solo, quantidade de pessoas por família, faixa etária, renda da propriedade, produção/comercialização, estradas e acessos, dentre outros. Explicamos que o levantamento realizado não se deu de forma censitária, mas de maneira reflexiva e participativa.

As atividades realizadas foram reuniões com lideranças e com a comunidade para se definir as linhas centrais da construção do levantamento; posteriormente a comunidade e parceiros realizaram a construção do questionário; feito isso partiu-se para uma Oficina de aplicação do questionário; a seguir as próprias lideranças da juventude da comunidade realizaram a Aplicação do questionário e pôr fim a de

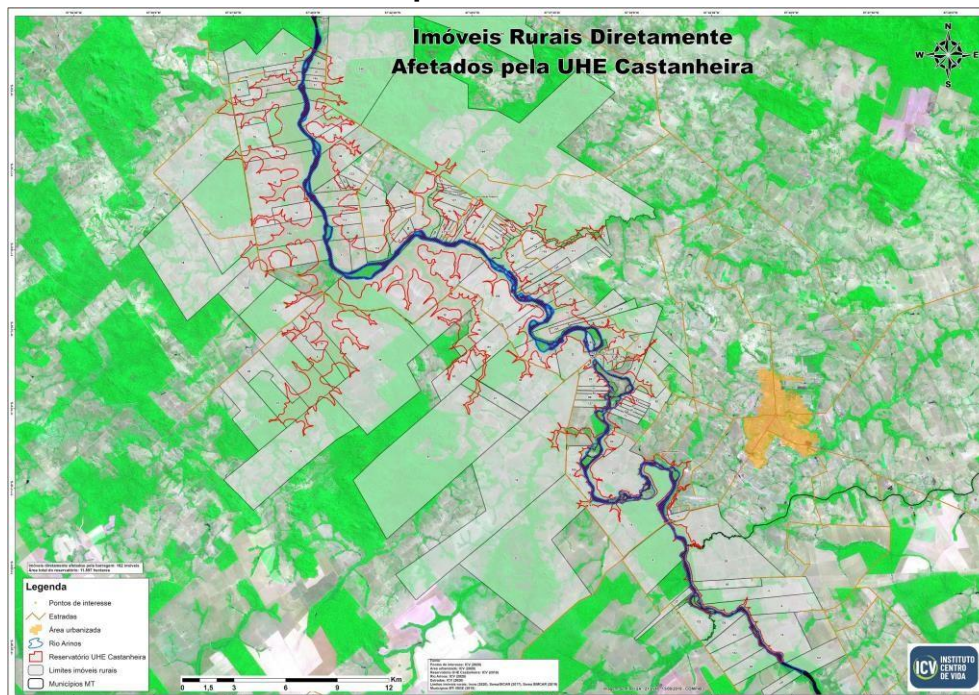
Conflitos territoriais na bacia do Juruena e as disputas de narrativas

Tabulação dos dados. As coletas de dados foram realizadas no final do ano de 2019 e início de 2021, período que ainda não havia casos de COVID-19 na região, portanto pré pandemia.

Conhecendo os conflitos

A Usina Hidrelétrica Castanheira está planejada para ser construída no rio Arinos (bacia hidrográfica do rio Juruena), no Município de Juara – MT, com potência instalada de 140 MW com uma média de produção prevista em 98,43 MW/h. O reservatório a ser formado pela barragem ocupará uma área de 9.470 hectares (94,7 km²) e se estenderá por 67 km. A maior parte da área do reservatório (99,96%) estará no município de Juara e o restante no município de Novo Horizonte do Norte (0,04%). Tal empreendimento se encontra em fase de audiências públicas, para formação dos editais e em seguida levada a leilão como demonstrado na figura 1 abaixo:.

Figura 1 – Mapa da área de alagamento da UHE Castanheira com destaque nos imóveis afetados

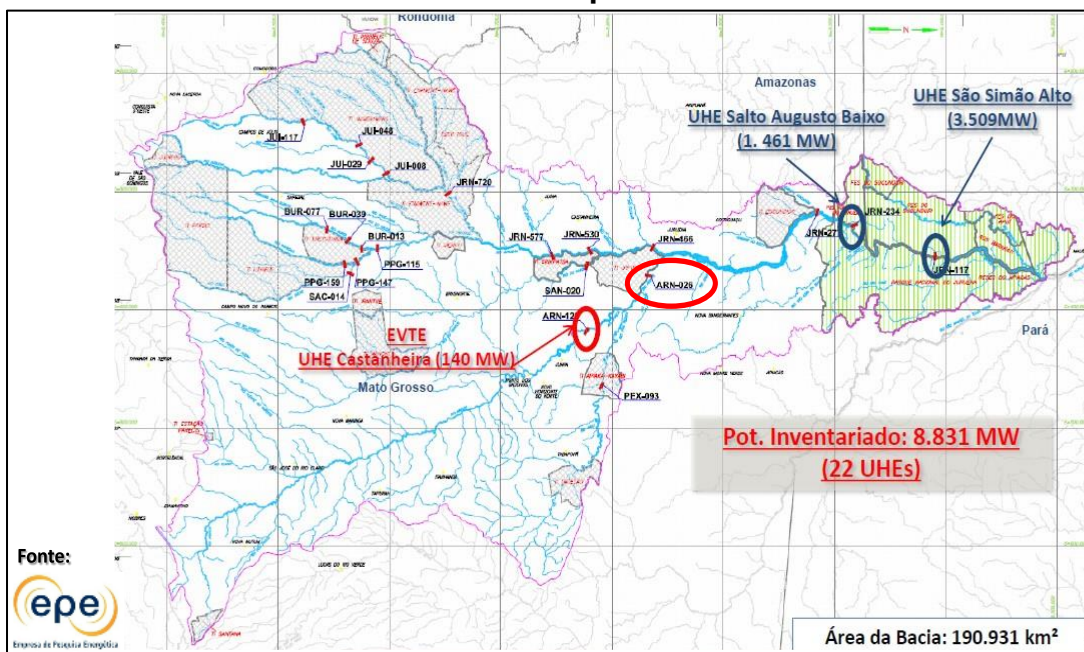


Fonte: Instituto Centro de Vida - ICV (2020).

Conflitos territoriais na bacia do Juruena e as disputas de narrativas

Segundo informações do RIMA (2017) “O empreendimento faz parte de um grupo de usinas hidrelétricas projetadas para ampliar a oferta de energia elétrica, como previsto no PDE 2026 elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE)” (Figura 2). É importante salientar que a UHE Castanheira causará, além da cidade de Juara, impactos diretos e indiretos nos municípios de Novo Horizonte do Norte e Porto dos Gaúchos, aos povos Indígenas Munduruku, Kayabi/Kawaiweté e Apiaká que residem na Terra Indígena (TI) Apiaká./Kayabi, Povo Rikbaktsa que residem na TI Japuira, TI Escondido e TI Erikpatsa e o Povo Tapayuna que tem sua terra originária às margens do rio Arinos, destacando que o povo Tapayuna fora desconsiderado no Estudo e no Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) realizados pela EPE.

Figura 2 – Mapa da bacia do Rio Juruena com destaques das UHEs e PCHs inventariadas pela EPE



Fonte: Estudo de Impacto Ambiental - EPE (2015).

Segundo o EIA (EPE, 2015), o valor da obra está orçado em “R\$ 1.472.342.000,00” não corrigidos atualmente pelos índices de inflação e alteração dos preços, lembrando que o relatório é do ano de 2015. A usina terá geração média de 140 MW/h de potência instalada, porém operará em 98,43 MW/h médios. Em consulta ao site do Operador Nacional do Sistema (ONS), obtivemos a informação de que a geração no momento da consulta estava alimentando o Sistema Interligado Nacional

(SIN) em uma carga de 70.404,9 MW, logo a produção de energia gerada pela UHE Castanheira equivale a pouco mais 0,13% da energia mantida na SIN, na qual a mesma vai alimentar.

Já foram realizados estudos de Viabilidade Financeira por entidades não governamentais e fora confirmado a inviabilidade ambiental, econômica e social desta construção (CSF, 2018). Ora, se a geração de energia no sistema é irrelevante como tal, se a UHE castanheira é inviável econômica, ambientalmente e socialmente, por que insistem na construção desta? é a pergunta que tira o sono dos moradores da área que se pretende alagar.

A comunidade Pedreira e Palmital é constituída por pequenas e médias propriedades. São produtores de leite, gado de corte, possuem roças de quintais produtivos, tanque de criação de peixes, criam suínos e aves, ou seja, as propriedades que serão engolidas pela água do reservatório da UHE castanheira são produtivas e estão em constante expansão de produtividade. A relação com o lugar é evidenciada nos relatos, existem moradores que estão ali a mais de 40 anos, vizinhos que já dividiram momentos difíceis, histórias de superação, das árvores plantadas, da casa construída com os amigos, enfim, construção e transformação do espaço vivido (TUAN, 1983), que está ameaçada pelo empreendimento que desconsidera qualquer tipo de relação com as pessoas, pois essa compensação não poderá ser feita financeiramente.

As famílias residentes na área de impacto direto (lago da usina) são pequenos e médios agricultores e pecuaristas. O processo histórico de colonização desse território se dá há mais de 30 anos havendo relatos de famílias que estão na região a mais de 40 anos. Ao se ter em conta o processo de construção de um território vale ressaltar vários fatores pertinentes à sua caracterização, tais como, por exemplo, os processos econômicos, culturais e sociais, as relações sociais de trabalho e ocupação da terra, sejam de cooperação ou conflito. Todos esses fazem parte da construção da identidade, que são inerentes ao território. A construção de um grande empreendimento coloca em risco tudo isso por justamente não considerar essa territorialidade e identidade da população atingida, pelo contrário, fazem uso dessas contradições e conflitos para disseminar desinformação.

O grande argumento gerado em torno de um possível benefício para a Cidade de Juara e a Cidade de Novo Horizonte do Norte (na qual o terá menos de 1% do lago) é a Compensação por Utilização dos Recursos Hídricos (CFUHR) (Figura 3).

Figura 3 – Quadro da CFURH calculada para o ano de 2021 caso a UHE Castanheira estivesse em operação

COMPENSAÇÕES UHE CASTANHEIRA				
	HORA	DIA	MÊS	ANO
PRODUÇÃO MW (médios)	98,43*	2.362,32	70.869,60	850.435,20
TAR	R\$ 76,00	← TAR DE 2021		
CFURH	6,75%			
ARRECADAÇÃO	R\$ 504,95	R\$ 12.118,70	R\$ 363.561,05	R\$ 4.362.732,58
ESTADO 25%	R\$ 126,24	R\$ 3.029,68	R\$ 90.890,26	R\$ 1.090.683,14
UNIÃO 10%	R\$ 50,49	R\$ 1.211,87	R\$ 36.356,10	R\$ 436.273,26
MUNICÍPIOS 65%	R\$ 328,21	R\$ 7.877,16	R\$ 236.314,68	R\$ 2.835.776,17
JUARA	R\$ 327,76	R\$ 7.866,13	R\$ 235.983,84	R\$ 2.831.806,09
NOVO HORIZONTE	R\$ 0,46	R\$ 11,03	R\$ 330,84	R\$ 3.970,09

* Informação retirada do EIA

Fonte: Organizado pelos autores (2021).

O que os números da tabela acima evidenciam é que o município de Juara receberá uma soma anual de **R\$ 2.831.806,09** de compensação financeira por proporção de sua área alagada, o que aparenta ser um volume financeiro alto que entrara para os cofres do poder público municipal, mas se mostra bem abaixo do volume financeiro movimentado pelas duas comunidades analisadas no levantamento socioeconômico que chegaram à soma de **R\$ 6.406.076,00**. Vale ressaltar que a UHE Castanheira irá alagar outras comunidades na cidade de Juara como a Linha Rodolfo Ferro e o Projeto de Assentamento Casulo.

O discurso de ‘progresso’ e ‘geração de emprego e *royalties*’ tenta vender uma imagem de empreendimento que não condiz com a forma que esses projetos vêm sendo executados desde a década de 60 até os dias atuais, como no caso das barragens do Teles Pires, Madeira e Xingu. Tendo em vista este breve histórico, entendemos como fundamental a organização das populações atingidas e seus processos de resistência.

Assim, o trabalho junto às comunidades Pedreira e Palmital segue um processo histórico, onde a partir de articulações junto às entidades que atuam na região dão-se

os primeiros passos para uma construção coletiva do processo organizativo de resistência desses sujeitos nesse território.

Neste sentido o processo de mobilização e fortalecimento da comunidade vem se dando de forma gradual e articulada. Os processos de formação já realizados junto à comunidade vêm trazendo possibilidades concretas de fortalecimento interno e enfrentamento a este projeto. Assim a garantia da não violação dos direitos dos atingidos vem se construindo de forma horizontal e com a participação de toda a comunidade. Cabe destaque para o processo de intercâmbio com povos indígenas na região e grupos atingidos pela UHE Sinop. A UHE Castanheira ainda se encontra em processo de finalização dos estudos e relatórios de impacto. Só então irá seguir para as audiências públicas e posteriormente leilão e licenciamento. Tendo em conta que esse processo é gerido pelo estado e que é parte essencial para autorização das fases posteriores. É nessa fase que a correlação de força é menos desfavorável para os atingidos para a evitar a implementação do empreendimento ou então da redução da violação de direitos.

A proposta do levantamento socioeconômico é parte do processo de conhecer melhor a realidade das comunidades e assim fortalecer e ter argumentos pautados em dados concretos. O diagnóstico socioeconômico tornou-se um espaço de diálogos e de produções reflexivas sobre o direito dos sujeitos no território. Por mais que as lideranças e a comunidade já estejam estabelecidos há décadas no território havia a demanda de conhecer e investigar as características dessa comunidade. A própria intenção de construção da usina já coloca os moradores em situação de atingidos e de risco, pois, a influência desta proposição em suas vidas já encaminha para alterações na relação dos mesmos com as atividades que desenvolvem em suas propriedades.

Um dos frutos mais importantes desse trabalho foi a construção, por parte da própria comunidade, a partir de suas demandas, da forma do questionário e de sua aplicação. O reconhecimento das famílias enquanto atingidos e sujeitos da própria história proporcionou conhecer mais a fundo o território onde vivem e suas dificuldades.

A seguir podemos observar na tabela 1 algumas dessas informações consideradas de suma importância pela própria comunidade.

Tabela 1 – Informações coletadas sobre o perfil socioproductivo das comunidades de Pedreira e Palmital

Perfil populacional	
Número de Famílias	52
Idade média dos responsáveis pela família (em anos)	52
Número total de pessoas	142
Média de pessoas por família	3
Família com mais pessoas	7
Dados Ambientais	
Propriedades com nascente	42
Número de nascentes	142
Propriedades com nascentes em recuperação ou recuperadas	28
Propriedades com cursos d'água	38
Propriedades banhadas pelo rio Arinos	25
Propriedades com uso de agrotóxicos	49
Aspectos produtivos	
Propriedade com criação animal	49
Propriedades com gado	40
Propriedades com suínos	35
Propriedades com aves	46
Propriedades que produzem leite	22
Propriedades com horta	40
Média de espécies nas hortas	3
Número de espécies nas hortas	14
Propriedades com quintais produtivos	48
Média de espécies nos quintais produtivos	4

Conflitos territoriais na bacia do Juruena e as disputas de narrativas

Número de espécies com quintais produtivos	27
Propriedades com roça	43
Média de espécie nas roças	3
Números de espécies nas roças	17
Aspectos socioeconômicos	
Produção leiteira mensal	80785
Famílias que dependem de caminhão (próprio ou não) para transporte da produção	39
Famílias que custeiam a produção exclusivamente em Juara	50
Famílias que custeiam a produção majoritariamente em Juara	1
Famílias que compram para a casa exclusivamente em Juara	50
Famílias que compram para a casa majoritariamente em Juara	1
Responsável pela renda exclusivamente masculino	14
Responsável pela renda exclusivamente feminino	3
Responsável pela renda de ambos os sexos	32
Famílias com aposentados	6
Famílias com bolsa família	2
Famílias com trabalho fora da propriedade	18
Famílias com acesso ao PRONAF	19
Famílias com acesso ao MAIS ALIMENTOS	2
Famílias que fazem parte da ASPEPAL	39
Famílias que fazem parte da ACRIVALE	3
Famílias que fazem parte do STTR	18
Renda anual bruta das famílias	R\$ 6.406.076,00

Fonte: Resultados da pesquisa (2020).

Com base nesses dados podemos observar que apesar de a comunidade Pedreira e Palmital compor apenas uma pequena parte da área atingida pela a UHE Jefferson do Nascimento, Silvio R. da Silva, Renato V. Trevisanutto, Michel de Andrade



Castanheira temos números impressionantes, tanto nos aspectos econômicos, como nos sociais, produtivos e ambientais. Muitos desses dados são de fundamental importância para a comunidade se reconhecer como tal. E a partir de então construir estratégias para o seu fortalecimento. Nessa categoria podemos destacar a idade média das(os) chefes de família (52 anos). Essa informação nos provoca a construir mecanismos para a permanência e fortalecimento da juventude no campo. Outra reflexão é de que a idade dessas pessoas impossibilita ou dificulta a reconstrução do seu espaço de vida. Afinal, muitas dessas famílias construíram sem a perspectiva de novas mudanças.

Quando nos referimos aos aspectos ambientais, uma das informações que mais chama atenção é o número de nascentes de água. A partir disso podemos entender a importância desse trecho do vale do Arinos na construção da bacia do Juruena, e também pensar em projetos que visem a recuperação dessas nascentes, afinal, apenas 28 famílias declararam ter nascentes recuperadas ou em processo de recuperação.

Ao se referir a economia temos em destaque o potencial da bacia leiteira e também o perfil de consumo das famílias da comunidade, mais de 90% das famílias (50 de 52) realizam suas compras exclusivamente no município de Juara. Isso faz com que boa parte dos cerca de 6 milhões e meio de reais que a comunidade movimenta anualmente gire na economia do município, fortalecendo a economia local, gerando empregos e arrecadação para os cofres públicos.

É importante salientar que estamos falando apenas de Pedreira e Palmital, outras comunidades e empreendimentos não aparecem no recorte desse levantamento. Podemos concluir que essas cifras e números devem ser muito maiores. Aos aspectos de produção cabe destaque à diversidade de espécies de interesse econômico, ao alto número de quintais produtivos e hortas. Essas características são essenciais na construção do debate da soberania alimentar, além, é claro, do potencial produtivo na geração de riqueza.

Apesar da complexidade desse trabalho e da intensa participação da comunidade, inclusive da juventude, algumas lições ficam para as próximas experiências. Algumas dificuldades foram encontradas pois um significativo número de famílias não participou do processo de construção do questionário e das

discussões de planejamento. Essas famílias muitas vezes compram o discurso do empreendimento. Dessa forma algumas delas deixaram de responder algumas perguntas essenciais ao levantamento. A própria aplicação tomou mais tempo devido à sobrecarga dos poucos aplicadores. A situação sanitária que vivemos também dificultou um acompanhamento mais próximo e diálogos mais constantes com as famílias envolvidas.

Considerações Finais

A construção da Hidrelétrica Castanheira tem sido repentinamente contestada por diversos estudos elaborados por ONGs, movimentos sociais e técnicos ligados ao Ministério público, todos esses documentos tem apontado para a inviabilidade econômica, ambiental e social desse empreendimento. Esses estudos tem contribuído para o fortalecimento das comunidades e seus respectivos povos na resistência contra essa obra que afetará e transformará radicalmente seu modo de vida.

O processo de construção do levantamento socioeconômico das comunidades Pedreira e Palmital deu uma nova dimensão do tamanho do impacto que a comunidade e o município de Juara enfrentarão caso esse empreendimento seja construído, isso fortaleceu os laços comunitários e os argumentos para fazer frente a narrativa hegemônica até então veiculada na região. Esses números descobertos pelo levantamento socioeconômico hoje são uma das armas em posse da comunidade contra a UHE Castanheira, pois as comunidades devem ter o direito e a soberania de dizer não projetos que impactam seu território.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2026**. Brasília: MME/EPE, 2017. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/documents/10584/0/PDE2026.pdf/474c63d5-a6ae-451c-8155-ce2938fbf896>>. Acesso em: 08 de mar. de 2021.

CSF, Conservação Estratégica. **Análise Custo-Benefício da Construção da Usina Hidrelétrica Castanheira**. mar. 2018. Disponível em:

Jefferson do Nascimento, Silvio R. da Silva, Renato V. Trevisanutto, Michel de Andrade



Conflitos territoriais na bacia do Juruena e as disputas de narrativas

<http://amazonianativa.org.br/download.php?name=arqs/biblioteca/136_a.pdf>. Acesso em 05 de mar. de 2021.

EPE, Empresa de Pesquisa Energética. **Estudos dos Impactos Ambientais**. Vol II. Rio de Janeiro: EPE, out. de 2015. Disponível em: <http://www.uhecastanheira.com.br/wp-content/uploads/bigfiles/02_EIA_Capitulo_08_ao_Capitulo_13_BR.pdf>. Acesso em 05 de mar. de 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. trad. Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

Recebido: 13/06/2021
Aprovado: 30/06/2021
Publicado: 01/09/2021